

---

## A LUTA DOCENTE CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL E NA FRANÇA<sup>1</sup>

### THE STRUGGLE OF TEACHERS AGAINST NEOLIBERAL REFORMS IN BRAZIL AND FRANCE

### LA LUCHA DOCENTE CONTRA LAS REFORMAS NEOLIBERALES EN BRASIL Y FRANCIA

**Ricardo Pires de Paula<sup>2</sup>**

*ricardo.pires@unesp.br*

**André D. Robert<sup>3</sup>**

*andre.robert@univ-lyon2.fr*

#### Resumo

O presente texto visa fazer um panorama da luta sindical docente contra as reformas neoliberais a partir da comparação entre Brasil e França. Com isso, elegemos dois sindicatos, APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) no Brasil e SNES (Syndicat National des Enseignements de Second Degré) na França. Essa escolha ocorre em função da importância de ambos nas ações de enfrentamentos às políticas neoliberais em seus respectivos países durante a década de 1990 e os anos 2000. Como as políticas neoliberais se ramificam em áreas bastante amplas, decidimos dar ênfase àquelas que atingem o conjunto dos trabalhadores, a reforma previdenciária. Escolhemos analisar a atuação dos sindicatos docentes em torno das contrarreformas da previdência em 2003 na França e no Brasil. Utilizamos como fonte principal da pesquisa aqui apresentada os periódicos “Jornal da Apeoesp” e “L’Université Syndicaliste” (L’US), da APEOESP e do SNES, respectivamente.

**Palavras-chave: neoliberalismo, contrarreforma da previdência, APEOESP, SNES.**

#### Abstract

The present text aims to give an overview of the teachers' union struggle against neoliberal reforms based on the comparison between Brazil and France. With this, we elected two unions, APEOESP

---

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado sintetiza os resultados da pesquisa de Pós-doutorado intitulada “SINDICALISMO DOCENTE NOS ANOS 90: PERSPECTIVAS DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA BRASIL-FRANÇA, realizada na Université Lumière 2, com o apoio da FAPESP, na modalidade Bolsa de Pesquisa no Exterior, processo: 2016/01113-1.

<sup>2</sup> Professor de História Contemporânea no departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente São Paulo, Brasil.

<sup>3</sup> Professor Emérito da Université Lumière 2 (Ciências de Educação), membro do laboratório de pesquisa Education, Cultures, Politiques (que fundou em 2011), diretor de uma escola de doutorado (2007-2016), presidente nacional da seção CNU Ciências de Educação, autor de livros e artigos.

---

(Union of Teachers of the Official Teaching of the State of São Paulo) in Brazil and SNES (Syndicat National des Enseignements de Second Degrée) in France. This choice occurs because of the importance of both in the campaign against neoliberal policies in their respective countries during the 1990s and 2000s. As neoliberal policies branch out in quite broad areas, we have decided to emphasize those that affect all workers, social security reform. We chose to analyze the performance of the teachers' unions around the counter-reforms of the social security system in 2003 in France and Brazil. We used as main source of the research presented here the periodicals "Jornal da Apeoesp" and "L'Université Syndicaliste" (L'US), APEOESP and SNES, respectively.

**Keywords: neoliberalism, counter-reform of social security, APEOESP, SNES.**

### **Resumen**

El presente texto pretende hacer un panorama de la lucha sindical docente contra las reformas neoliberales a partir de la comparación entre Brasil y Francia. Con eso, elegimos a dos sindicatos, APEOESP (Sindicato de los Profesores de la Enseñanza Oficial del Estado de São Paulo) en el Brasil y SNES (Syndicat National des Enseignements de Second Degrée) en Francia. Esta elección ocurre en función de la importancia de ambos en las acciones de enfrentamientos a las políticas neoliberales en sus respectivos países durante la década de 1990 y los años 2000. Como las políticas neoliberales se ramifican en áreas bastante amplias, decidimos dar énfasis a aquellas que alcanzan el conjunto de los trabajadores, la reforma de la seguridad social. Hemos elegido analizar la actuación de los sindicatos docentes en torno a las contrarreformas de la seguridad social. en 2003 en Francia y Brasil. Utilizamos como fuente principal de la investigación aquí presentada los periódicos "Jornal da Apeoesp" y "L'Université Syndicaliste" (L'US), de la APEOESP y del SNES, respectivamente.

**Palabras-clave: neoliberalismo, contrarreform de la seguridad social, APEOESP, SNES**

## **O NEOLIBERALISMO E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES**

O neoliberalismo floresceu na segunda metade dos anos 70 na Inglaterra e nos Estados Unidos e depois se irradiou para outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento como um conjunto de normas e práticas que levaram ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social (HARVEY, 2008), acentuando as desigualdades sociais e regionais.

De acordo com Santana e Ramalho (2003, 12), “muitas certezas, consolidadas havia pelo menos cinquenta anos, em termos da importância do papel do Estado na economia e da necessidade de processos regulatórios para manter a proteção social, foram profundamente abaladas ou enfraquecidas no debate público”, doravante, atravessado pelo

---

discurso monocórdico de predomínio do mercado e da retração do Estado nas relações socioeconômicas.

A proteção social erigida e disseminada na Europa durante os “anos gloriosos” (HOBSBAWM, 1995), vai dando lugar à grande insegurança, principalmente, para aqueles que vivem do trabalho.

A segurança do pleno emprego foi substituída pelo desemprego de tom perene, cuja extensão no corpo social e duração no tempo têm levado mesmo a uma re-significação do termo. Os sistemas de contratação foram duramente atacados, em busca de uma maior flexibilização da produção e dos mercados. As políticas de proteção ao indivíduo, dentro e fora do trabalho, foram sendo substituídas por políticas de aumento da competitividade. (SANTANA; RAMALHO, loc. cit.)

De um lado, a reestruturação produtiva introduzida segundo a lógica do toyotismo pressiona por empregos mais precários, desprovidos das garantias legais de proteção no ambiente do trabalho e sub-remunerados, de outro, o Estado que tende a favorecer os interesses do capital, desonerando tributos e desregulamentando direitos dos trabalhadores.

Nesse sentido, o contexto do neoliberalismo deve ser entendido não apenas como um ajuste à crise do capitalismo vivenciado a partir da segunda metade dos anos 1970, mas sim como um conjunto de ações implementadas que caracterizariam um nova fase do próprio capitalismo: sai o modelo do pleno emprego e da regulação estatal e das políticas de bem-estar social, empreendidos quando da grande depressão dos anos 1930, entra o modelo que combina reestruturação produtiva, intenso movimento do capital financeiro e Estado esvaziado de suas prerrogativas mediadoras e redistributivas na sociedade.

O conjunto articulado de ações que tem provocado índices crescentes de informalidade no ambiente de trabalho também caminha para uma crescente penalização dos sujeitos que vivem do trabalho face à ampliação e enrijecimento do sistema penal ao redor do globo, atingindo, principalmente, a população jovem das classes pobres, ou seja, nas palavras de Wacquant (2003, p. 72) “a mão invisível do mercado de trabalho precarizado conseguiu seu complemento institucional no punho de ferro do Estado, que tem sido empregado para controlar desordens geradas pela difusão da insegurança social”. Ainda de acordo com Wacquant (loc. cit.) países que seguiram os princípios do neoliberalismo assistiram à “remoção do Estado econômico, ao desmantelamento do Estado social e ao fortalecimento do Estado penal”.

Tal contexto, extremamente prejudicial aos trabalhadores, traz grandes desafios às suas organizações coletivas, tanto em relação às formas de enfrentamento ao processo de

---

desconstrução de direitos, quanto em relação a sua própria existência, que se vê pressionada pelo processo de dessindicalização e pela penalização e forte repressão de seus movimentos.

Na luta por melhores condições de vida, os movimentos sociais e sindicais sempre tiveram papel importante tanto na formação e conscientização de setores à margem da sociedade, quanto na defesa de uma transformação social que pudesse por fim à exclusão de grandes parcelas da população nas decisões políticas.

A combinação de desregulamentação dos direitos trabalhistas e de flexibilização das formas de contratação tem contribuído para maior heterogeneidade entre os trabalhadores, pondo em xeque a capacidade de continuar existindo de seus sindicatos, como organismos de representação e de defesa de seus interesses.

Diversos autores (SANTANA; RAMALHO, 2003; ANTUNES, 2000; TUMOLO, 2002; CARDOSO, 2003; BOTTO, 2003) apontam as dificuldades que surgem para a manutenção da organização sindical a partir de um contexto que favorece:

a – flexibilização das relações de trabalho e tempos diversos – parcial, determinado e por conta própria;

b – subcontratação, participação feminina, crescimento do desemprego;

c – redução do emprego industrial;

d – deslocamento e segmentação dos setores produtivos;

e – formas de gestão que integram trabalhadores e desestimulam a sindicalização;

f – crescente competição entre trabalhadores: homens, meia-idade, nacionais, qualificados x mulheres, idosos, estrangeiros, deficientes;

g – pane no discurso sindical, termos que deixam de ser inteligíveis ao conjunto de representado (luta de classes, proletariado, burguesia...);

Os sindicatos passam a se ver diante de dilemas tais como: quem representar, trabalhadores com jornada plena ou com jornada parcial; reivindicar direitos para quem trabalha ou lutar para empregar os excluídos do processo produtivo; lutar pela igualdade de gênero no tocante à remuneração ou a uniformidade de reajustes que tendem a manter a desigualdade entre homens e mulheres. Combinar a atuação em diversas frentes que obrigam a lidar com essa crescente heterogeneidade não tem sido tarefa simples e isso repercute em um possível distanciamento entre base e direção sindical.

Para Cardoso (2003, p. 252)

“os sindicatos ajudam a ampliar os horizontes de cálculo de seus membros quanto a possíveis ganhos materiais e simbólicos, de tal modo que a confiança sempre renovada na eficiência e na eficácia do desempenho institucional é uma parte integral do processo de identificação política entre dirigentes e membros”.

Por outro lado, quando as conquistas são direcionadas apenas para uma parcela da categoria representada (estáveis, por exemplo), as demais vêm sua capacidade de representação reduzida podendo resultar na dessindicalização e na perda de uma identidade coletiva.

Abordamos até aqui algumas breves considerações sobre as consequências sociais e políticas do neoliberalismo. Convém atentar doravante para as possíveis peculiaridades e similitudes para os processos que ocorrem no âmbito do serviço público e conseqüentemente para as organizações sindicais que atuam nessa esfera da sociedade, notadamente em relação à educação, aos docentes e suas organizações sindicais.

## **O NEOLIBERALISMO, A EDUCAÇÃO PÚBLICA E O SINDICALISMO DOCENTE**

Se um dos pressupostos básicos do neoliberalismo repousa no desmantelamento dos serviços públicos, a educação se insere entre eles juntamente com outros, como a previdência e a saúde. As consequências se direcionam tanto para aqueles que atuam como servidores públicos, quanto para aqueles que são usuários desses serviços, ou seja, o conjunto majoritário da população.

Hill (2015, p. 114) sintetiza os efeitos produzidos pelo neoliberalismo em relação à educação:

1. privatização de serviços públicos, como escolas e universidades;
2. cortes nos gastos públicos / salários / pensões / benefícios;
3. mercantilização, concorrência entre escolas e entre universidades;
4. educação profissional, exceto para a classe dominante...;
5. gestão da força de trabalho;
6. estímulo à competição entre os trabalhadores, através de remuneração relacionada com o desempenho e diminuição do poder do sindicato em definir salários em escala nacional;
7. precarização dos trabalhadores nos setores público e privado, com queda nos empregos estáveis para professores da educação básica e professores universitários;
8. ataques contra os sindicatos e os direitos dos trabalhadores em negociações coletivas;
9. gestão do discurso, isto é, tratar aluno como "cliente" ...;
10. ataques ideológicos contra os trabalhadores do setor público.<sup>4</sup> (tradução nossa)

---

<sup>4</sup> 1. privatisation/pré-privatisation of public services such as schooling and universities;  
2. cuts in public spending/salaries/pensions/benefits;  
3. marketisation, competition between schools and between universities;  
4. vocational education for human capital, except for the ruling class...;  
5. management of the workforce;

De modo geral, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, o processo de privatização da educação é resultado de uma orientação que leva à redução gradativa dos recursos públicos para a manutenção dos serviços oferecidos pelo Estado. Nesse sentido, o Estado, diante da pressão demográfica e social, se retira dessa esfera para dar lugar à iniciativa privada. A educação transforma-se de serviço público oferecido aos cidadãos em mercadoria a ser vendida aos consumidores.

Para a realização dessas mudanças, operam-se ações de propaganda e disseminação de discursos que visam justificar ideologicamente a crescente privatização, divulgando informações que possam revelar a ineficácia da educação pública, assim como o suposto corporativismo de seus servidores, que são tratados como obstáculos para a introdução de inovações e, portanto, partícipes do fracasso escolar da população usuária dessa política pública.

A introdução de reformas que visam diminuir a presença do Estado na economia e o anúncio de medidas que precarizam as relações de trabalho entre Estado e servidores públicos, encontrou o movimento sindical como principal antagonista, originando conflitos que de um lado, pudessem frear o processo de aviltamento de direitos dos próprios servidores públicos e de outro, contrapor-se ao desmonte das políticas públicas de alcance universal.

A resistência dos sindicatos atua em duas grandes direções: uma com vistas a impedir a transferência da competência do Estado no oferecimento das políticas sociais e outra no sentido de impedir a precarização que incide sobre os próprios servidores, diante de medidas que sucateiam o serviço público e suas condições de trabalho.

Simultaneamente ao processo de publicização do fracasso do poder público em garantir educação de qualidade, são gestadas e disseminadas as soluções para a resolução desse impasse. A adoção de métodos de gestão do mundo corporativo e a metrificação da educação vão balizando as reformas que visam diminuir o papel do Estado.

- 
6. encouragement of competition between workers, through performance related pay and the 'busting' of trade union agreed of national pay scales;
  7. casualisation/precarisation of public and private sector workers, with a decline in tenured and in full-time secure jobs for teacher and university faculty;
  8. attacks on trade unions, on workers' rights, on centralised pay-bargaining;
  9. management speak e.g. student as 'customer'...;
  10. denigration/ideological attacks of public sector workforce.

---

Se em países desenvolvidos tal política acarreta graves consequências sociais, para países em desenvolvimento, a situação ainda é pior. O fato de esses países não terem experimentado a universalização do Estado de bem-estar social torna as políticas privatistas um vetor de manutenção e mesmo de agravamento das desigualdades sociais e diminuição de oportunidades às classes populares.

A transformação da educação em mercadoria é corolário do avanço da ideologia neoliberal no contexto global e dos acordos celebrados no âmbito das organizações econômicas internacionais como o Banco Mundial, que pressionam os países em desenvolvimento quando do estabelecimento das condições para os empréstimos. Dentre essas condições, sobressaem as imposições para a abertura de suas fronteiras comerciais e a redução do papel do Estado na regulação econômica.

Além da reestruturação do papel do Estado na oferta da educação como serviço público, houve também todo um processo de readequação dos mecanismos que regem as relações entre o Estado-patrão e os servidores gerando transformações em suas rotinas de trabalho. Abordaremos o caso particular dos docentes.

Podemos identificar três esferas de alcance das reformas neoliberais que atingem o trabalho e a organização docente: na esfera do vínculo de trabalho, ou seja, o nível de organização estatal a que está submetido (federal, estadual, municipal); na esfera econômica-corporativa que abrange salário e previdência e na esfera da rotina de trabalho.

Quanto ao vínculo, um dos resultados da introdução do neoliberalismo na gestão do Estado é, por um lado a tentativa de aproximar-se às fórmulas e lógicas empresariais. Nesse sentido, impõe-se uma ampla divisão de tarefas a partir de setores que passam a ser concebidos como responsáveis pela gestão financeira, pela gestão pedagógica e pela aplicação das ações pedagógicas. Um modelo hierarquizado que transforma o professor em operador de planos pensados por segmentos “iluminados” da burocracia estatal.

Além disso, dentre as premissas para se desincumbir o Estado da centralidade das políticas públicas, descentraliza-se a administração dos níveis de ensino, passando da Federação para os Estados e destes para os municípios. Assim, vão se criando formas diversas de empregabilidade e de status funcional resultando em grande fragmentação da categoria de docentes. Diferenças nas condições de direitos trabalhistas e diferenças salariais em função da multiplicação dos graus de atuação (municipais, estaduais e federais).

A segunda esfera diz respeito à situação econômica-corporativa dos docentes. Quanto à remuneração do trabalho docente, tal como os demais trabalhadores, recai um cálculo com base na jornada. Em todas as situações, a pressão inflacionária para países em

---

desenvolvimento e a disputa por melhores orçamentos na educação em países desenvolvidos, levam as organizações docentes às mobilizações para preservar o poder de compra da categoria.

Dentro da lógica empresarial adotada na administração pública, uma das medidas tem sido a remuneração por mérito que implica em premiação para aqueles que cumprem determinadas prerrogativas no sucesso escolar de seus alunos. Robertson (2008, p. 20), contextualizando tais mudanças afirma,

A base para determinar o salário de um professor, em muitos países, parte de um sistema de negociação coletiva, também foi alterada. Os sindicatos de professores têm sido submetidos a uma enorme pressão para ceder aos salários baseados no desempenho ou no "mérito", enquanto os governos utilizam de novos arranjos de administração, como escolas charter para oferecer salários diferenciados aos professores.<sup>5</sup> (tradução nossa)

A pressão aos sindicatos de docentes decorre tanto da concorrência estimulada dentro da própria categoria que rompe os vínculos identitários coletivos quanto com a diferenciação das vantagens e enquadramentos pecuniários e funcionais. Tal situação enfraquece a mobilização e o poder de barganha dos sindicatos em reivindicar reajustes uniformes e mesmo ameaça a sua situação de legítimo representante dos interesses de professores.

Ao lado dos salários, a previdência tem sido outro tema afetado pelas reformas neoliberais. Não dizem respeito apenas aos docentes e sim, abrangem o conjunto de trabalhadores. O adiamento do tempo para aposentadoria em rotinas de trabalhos bastante extenuantes tem conseguido alimentar certa resistência entre os docentes. Algumas das principais mobilizações docentes têm ocorrido em articulação com demais segmentos dos trabalhadores para tentar impedir não apenas a postergação da vida laboral, mas também contra o sucateamento dos regimes de previdência pública. Da mesma forma que a educação, a previdência tornou-se alvo das ambições do mercado.

Quanto à terceira esfera de alcance que implicam as reformas neoliberais para os docentes, destacamos a intensificação do trabalho e as diversas formas de avaliação a que são submetidos.

---

<sup>5</sup> The basis for determining a teacher's salary, in many countries part of a system of collective bargaining, was also changed. Teacher unions have been placed under enormous pressure to yield to performance-based or 'merit' pay, while governments have used new governance arrangements, such as charter schools to offer differential wages to teachers.

---

Maroy (2005, p. 13) ao descrever as transformações do trabalho docente na Europa afirma que,

[...] a profissão docente está se tornando mais complexa e diversificada e, portanto, há uma forma de intensificação da carga de trabalho dos professores. Essa intensificação do trabalho estaria ligada não tanto ao aumento do tempo de trabalho dos professores, mas sim à complexidade das tarefas da profissão.<sup>6</sup> (tradução nossa)

Essa intensificação refere-se a tarefas como: fazer a gestão do ensino, lidar com a diversidade de classes heterogêneas, preencher relatórios, participar da vida escolar inserindo-se nos colegiados e atuar coletivamente em projetos com outros docentes (MAROY, loc. cit).

Esse quadro vivenciado na Europa não difere muito das condições que têm se apresentado para os docentes no Brasil, com a diferença de que aqui, o docente em muitos casos acumula jornadas de trabalho em mais de uma rede de ensino, às vezes na rede pública e na rede privada, às vezes dois cargos na rede pública. Logo, temos uma combinação de intensificação com ampliação do tempo de trabalho, em face da baixa remuneração da profissão.

Inseridos nesse contexto, buscamos acompanhar o caso particular dos sindicatos APEOESP e SNES, no Brasil e na França, respectivamente. Esses sindicatos, ainda que em consonância a outras organizações coletivas dos trabalhadores da educação, posicionaram-se criticamente ao conjunto de reformas neoliberais implementadas desde a década de 1990.

## **APEOESP E SNES NO ENFRENTAMENTO ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS**

A APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), foi fundada em 1945. Atuando como entidade representativa dos professores do ensino secundário, a APEOESP vivenciou diversas experiências em sua organização e na mobilização daqueles que representava. Até a Constituição de 1988, era vedado ao funcionalismo público filiar-se a sindicatos e, ainda, integrar movimentos grevistas. Ao longo da história da APEOESP, em 1963 o respeito a essa lei foi quebrado pela primeira vez. Essa greve gerou grande repercussão não apenas pelos elementos internos à situação do

---

<sup>6</sup> [...] le métier enseignant devient plus complexe et plus diversifié et que dès lors on assiste à une forme d'intensification de la charge de travail des enseignants. Cette intensification du travail serait moins liée à un allongement du temps de travail des enseignants proprement dit qu'à la complexification du métier.

---

magistério, mas também por estar inserida em um contexto de grande agitação política que culminaria no golpe civil-militar de 1964.

Durante a ditadura militar que se instalou após o golpe de 64 a APEOESP, da mesma forma que a grande maioria dos sindicatos, sofreu com os instrumentos da política repressiva. Mesmo sob a ameaça da repressão, a organização docente apresentou crescimento em termos de associados, motivado pela expansão do ensino público que resultou na contratação de mais professores e pela forma como a entidade passou a representar os interesses dos docentes.

O sindicalismo docente francês remonta um contexto bastante diverso do brasileiro. Refletindo os desdobramentos do sindicalismo em geral na França que se caracterizou pela atuação de um conjunto de tendências político-ideológicas, tais como anarquistas, comunistas, socialistas, católicos, maçons, socialdemocratas e liberais, o sindicalismo docente vivencia a fragmentação que se reproduz em escalas locais e nacional, junto a Federações, Confederações e Centrais Sindicais (MOURIAUX, 2006, p. 73).

O SNES surgiu em 1966 da fusão de dois sindicatos o SNES (Syndicat national de l'enseignement secondaire – classique e moderne, fundado em 1944) e SNET (Syndicat national de l'enseignement technique, fundado em 1936). Entretanto, a organização sindical dos docentes do nível secundário remonta a 1925. Segundo Dalançon (1994) o SNES é o resultado da síntese entre um “sindicalismo corporativo e autônomo de funcionários e um sindicalismo confederado procurando unificar o movimento operário em vias de emancipação do proletariado”, como anunciado na Carta de Amiens de 1906, quando da criação da CGT.

Essa característica de defender a superação do sistema capitalista, assinalado em seu estatuto de 1966, continua vigente em 2016. Além da defesa dos interesses “profissionais, individuais e coletivos, materiais e morais de seus membros em atividade ou aposentados; da defesa da qualidade e do ensino secundário da laicidade do ensino, das liberdades sindicais e democráticas”, constam ainda a defesa da “solidariedade com todos os assalariados e que o objetivo final é a emancipação completa dos trabalhadores que não poderá ser obtida no âmbito da expropriação capitalista”(STATUT SNES, 2016, p. 02/03).

Ao final da década de 70, a APEOESP, bem como os sindicatos dos trabalhadores das indústrias, ressurgem no cenário político brasileiro, associando a luta por melhores condições de trabalho com o descontentamento diante do regime militar. “O acirramento das contradições, no âmbito econômico e político, constitui o caldo de cultura de onde emergem forças latentes, duramente reprimidas até então, e o novo sindicalismo é, por certo,

---

uma das mais expressivas” (TUMOLO, 2002, p. 112). No curso dos acontecimentos, um dos fatores que possibilitou o ressurgimento desses sindicatos no Brasil, a ditadura, deixa de existir. O país vive o retorno da democracia e, ainda que tenham piorado os índices referentes a salários e mercado de trabalho, os sindicatos não conseguem manter a mesma energia dos anos anteriores.

Ocupando lugar de destaque, ainda que em presença minoritária na FEN (Fédération de l'Éducation Nationale), o SNES vai viver uma experiência distinta com a criação da FSU (Fédération Syndicale Unitaire) em 1992. De lado, um sensível aumento no número de filiados em um contexto de perda crescente de filiados em outros sindicatos. De outro, uma participação menor nos rumos das políticas educacionais francesas (WEBER, 2006, p. 171).

Em que pese esse incremento inicial no número de sindicalizados, em parte decorrente de maior “oferta” de sindicatos, Robert (2015, p. 59) afirma que tal situação não se prolongaria por muito tempo, principalmente em virtude das novas gerações de docentes.

[...] os jovens professores mostram-se cada vez mais céticos sobre a adesão durável, mesmo se não expressem nas pesquisas a rejeição radical sobre a ideia sindical, não tem motivação para escolher uma organização em detrimento de outra, encontrando-se, temporariamente, nos coletivos efêmeros chamados de “coordenação” (por exemplo, durante a longa greve da primavera de 2003).

A década de 1990 assinalou, no Brasil, a partir do governo de Fernando Collor (1990-1992), a introdução de medidas que resultaram na abertura econômica do país para o mercado global. A despeito do desdobramento de seu curto período na presidência, essa abertura desenfreada às mercadorias e capitais estrangeiros, aliada à reestruturação produtiva, desencadearam uma série de consequências negativas ao mercado de trabalho, dentre as quais, o fechamento de muitas indústrias e o aumento do desemprego. Essas medidas estavam inseridas em um conjunto amplo de reformas de viés neoliberal, que viriam a ser inauguradas no país, como a redução do papel do Estado, afetando diretamente as relações entre Estado e trabalhadores.

De acordo com Ricardo Antunes, países como o Brasil e França estariam sentindo, nos anos 1990, os reflexos das grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho. Segundo Antunes, essas transformações seriam “a redução do proletariado fabril, industrial; um desemprego estrutural e uma subproletarização de grande número dos trabalhadores”. (ANTUNES, 2000, p. 52). Essas transformações atingiram os movimentos sindicais, principalmente os setores do sindicalismo tradicional, provocando a diminuição nas taxas de sindicalização devido ao processo de “fragmentação e heterogeneização” dos trabalhadores

---

(ANTUNES, 2000, p. 67-68). Conforme o autor, passou a existir um conflito entre trabalhadores “estáveis” e “não-estáveis”, dificultando a organização de ações dos sindicatos, como a greve.

É nesse contexto desfavorável à luta dos trabalhadores pela manutenção do emprego, pela luta por melhores salários e contra a exclusão social, que ganharam destaque a atuação da APEOESP e do SNES, no Brasil e na França, respectivamente. Ao se insurgir contra o descaso dos governos centrais com a educação pública e contra a proletarização do profissional na área de educação, os sindicatos têm se colocado como alguns dos mais incisivos atores políticos no debate sobre a política educacional e no enfrentamento aos rebatimentos sociais e políticos da implantação da agenda neoliberal.

### **AS CONTRARREFORMAS DA PREVIDÊNCIA E A ATUAÇÃO DOCENTE**

No Brasil, passado o período de retomada do processo democrático e do reconhecimento do Estado ao sindicalismo de servidores públicos, entre eles os docentes, novos desafios vieram à tona decorrentes das políticas de controle da inflação de meados dos anos 90 e o processo de desmobilização que atingiria as organizações coletivas em meio a implantação das políticas neoliberais.

A chegada de Mario Covas (PSDB) ao governo de São Paulo (1994-2001), coincidindo com a vitória eleitoral à presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (1994-2002), favoreceu a introdução das chamadas “reformas administrativas”, reproduzindo junto ao funcionalismo público, aquilo que as empresas executavam aos trabalhadores da iniciativa privada, sob total consentimento e indução do Estado, tanto nas instâncias do executivo quanto do legislativo, garantidos pelo judiciário.

No campo da educação paulista, implementou-se aquilo que entidades internacionais, tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), convencionaram como sendo necessárias para países em desenvolvimento, como o Brasil. Travestidas de um discurso modernizante, tais ações nada mais significaram que a subordinação do país aos interesses do capital internacional, sendo a educação um dos “pratos a serem servidos” às ambições da iniciativa privada e em benefício dos credores estrangeiros.

De acordo com Salomão (2009, p. 06), centralização decisória e descentralização executiva, pilares das iniciativas neoliberais implementadas, estavam assentados em uma base mais ampla, no qual coincidiam a reforma administrativa em escala federal e a nova Lei de

---

Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>7</sup> que expressavam a hegemonia neoliberal, incentivando a privatização do ensino, notadamente no ensino médio e no ensino superior e consolidando a descentralização por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Em relação aos impactos junto aos trabalhadores da educação, tais medidas seccionavam os quadros do funcionalismo ao levar adiante o processo de municipalização, fragilizando as bases do sindicato, pois com essa iniciativa, parcelas do professorado e demais trabalhadores desfilavam-se de suas entidades estaduais e passavam a ser representados pelos sindicatos de base municipal. Esse processo levou à uma diminuição no número de escolas sob a administração estadual e, conseqüentemente, à redução no número de servidores em sua folha de pagamento.

Na França, desde os anos 1980 o acúmulo de experiências vivenciadas pelas disputas entre tendências, o que era uma das marcas do sindicalismo docente agrupados na FEN, aliado a uma nova conjuntura social (expansão do ensino secundário), política (ascensão do Partido Socialista ao governo em 1981) e econômica (processo de crise e desencantamento do sindicalismo para enfrentar as transformações decorrentes da reestruturação produtiva) fulminaram a unidade da entidade. Uma nova federação sindical foi criada em 1991, a *Fédération Syndicale Unitaire* (FSU), reunindo sindicatos majoritariamente do ensino secundário e do ensino universitário. (GEAY, 1997, p. 93 e 101).

Os sindicatos da educação não estão imunes ao fenômeno da dessindicalização que afeta todo o movimento sindical, não apenas na França, mas também em outros países desenvolvidos. Na França, a divisão da FEN em 1992 foi um momento particular, com efeitos contraditórios que à primeira vista podem ter sido surpreendentes, os principais sindicatos que constituíram a FSU aumentaram substancialmente muitos de seus membros. Mas a tendência geral para reduzir as taxas de sindicalização é dificilmente questionável a longo prazo. (WEBER, 2005, p. 171, tradução nossa)<sup>8</sup>.

De acordo com Mouriaux (2006, p. 93) a ruptura da FEN provocou mudanças profundas no sistema de representação profissional dos professores, diante de uma crise

---

<sup>7</sup> Lei n.º 9.394/96.

<sup>8</sup> Les syndicats de l'enseignement n'échappent pas au phénomène de désyndicalisation qui touche l'ensemble du mouvement syndical, en France mais aussi dans les autres pays développés. Dans l'éducation et en France, la scission de la FEN en 1992 a constitué un moment particulier, avec des effets contradictoires qui ont pu surprendre au premier abord, les principaux syndicats qui ont constitué la FSU augmentant sensiblement de nombre de leurs adhérents. Mais la tendance générale à la diminution des taux de syndicalisation n'est guère contestable dans la durée. (WEBER, 2005: 171)

---

nacional e internacional que pôs em causa o papel do Estado-nação. Contexto este dos anos 90, responsável pela destruição das regulações econômicas estabelecidas durante o “a era de ouro” do crescimento fordista e pôs fim às formas de sociabilidade e de representação anteriores. O sindicalismo ficou pressionado entre o “conservadorismo e a inovação, entre o consentimento às ideias dominantes e um trabalho de redefinição de estratégias, práticas e referências ideológicas” (MOURIAUX, 2006, p. 93).

Mesmo em meio à crise dos anos 1990 e às acusações de defesa corporativa em detrimento de mudanças que supostamente conseguiriam encaminhar respostas aos desafios da escola, o sindicalismo docente tem conseguido se situar para além das questões atinentes a seus direitos propondo caminhos alternativos àqueles encaminhados pela burocracia estatal.

Na contra-corrente de ideias comumente divulgadas pela mídia, acusando os sindicatos e os funcionários em geral, os professores em particular, de fazer do sindicalismo um mero instrumento para preservar suas conquistas e recusar qualquer reforma, pretendemos mostrar em particular que a prática e o discurso sindical, ainda muito próximos da identidade docente, levaram e continuam levando a sério o cerne de sua atividade: a pedagogia, o interesse dos estudantes, a reforma democrática da educação. (ROBERT, 2006, p. 7, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Integradas nesse contexto de grandes desafios vivenciados pelas organizações sindicais, APEOESP e SNES tiveram de lidar também com mudanças para além da educação, campo privilegiado de sua atuação. Também resultados do conjunto de medidas neoliberais, as contrarreformas da previdência no setor público atingiam os docentes empregados ao Estado.

Não obstante, as especificidades da história dos dois países e do ritmo diverso de implementação das políticas neoliberais, percebemos grande sincronismo na adoção da agenda de contrarreformas na previdência social. No França, uma primeira ação que atingiu trabalhadores da iniciativa privada ocorreu em 1995, fazendo reviver os grandes protestos convocados pelas centrais sindicais e movimentos grevistas. Os servidores públicos foram o alvo da contrarreforma da previdência anunciada em 2003. No Brasil, as contrarreformas da

---

<sup>9</sup> A contre-courant des idées communément diffusées par les médias, accusant les syndicats et les fonctionnaires en général, les enseignants en particulier, de faire du syndicalisme un simple instrument de conservation de leurs acquis et de refus de toute réforme, nous entendons montrer notamment que la pratique et le discours syndical, encore très près de l'identité enseignante, ont pris et prennent réellement au sérieux le coeur du métier, la pédagogie, l'intérêt des élèves, la réforme démocratique de l'enseignement. (ROBERT, 2006: 7)

---

previdência atingiram os trabalhadores da iniciativa privada também em 1995, os trabalhadores do serviço público em 2003, ou seja, ambos os processos integraram uma agenda em comum: a dos organismos financeiros internacionais.

Esse sincronismo não foi aleatório e sim parte de um mesmo processo em construção e disseminação da ideologia do livre mercado e das formas de capitalização dos serviços públicos produzidos por entidades como o Banco Mundial. Mais especificamente sobre a política da previdência, temos o documento intitulado “Prevenir a crise do envelhecimento: políticas para proteger as pessoas idosas e promover o crescimento”, publicado em 1994 (GRANEMANN, 2003, p. 117, tradução nossa). Esse documento passou a orientar as políticas a serem adotadas para o setor nos diversos países que mantinham relação econômica com a instituição.

No Brasil, o eixo das contrarreformas da previdência visava eliminar a aposentadoria com proventos integrais, estipulando um teto a ser pago (quem quisesse receber mais pagaria um fundo de previdência complementar privado); e aumentar a idade para lograr a aposentadoria (principalmente para o setor público) (LEÃO, 2013).

Na França, sob governo de Jacques Chirac (LR – Partido Republicano) e tendo como primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin (mesmo partido), a proposta não diferia muito da brasileira, pretendia-se ampliar a idade para aposentadoria, eliminar regimes especiais para algumas categorias e alterar a forma de financiamento e gerenciamento dos recursos estando sujeitos a cortes em função da manutenção do equilíbrio fiscal do Estado (GALVÃO, 2001).

Esses elementos demonstram que os projetos de reforma da previdência encaminhados na França e no Brasil são bastante parecidos. Ambos se justificam em nome do equilíbrio financeiro da previdência, propondo medidas que estigmatizam os funcionários públicos e se apoiam na tese do Estado mínimo. (GALVÃO, 2002, p. 113).

As greves lideradas pelo funcionalismo público nos dois países serviram para modificar o seu trâmite, restringindo-se aos trabalhadores da iniciativa privada, para em um momento posterior ser retomada a proposta de impactar os servidores públicos.

Em 2003, passado os efeitos das mobilizações que marcaram os serviços públicos nos dois países na segunda metade dos anos 1990, o projeto de alterar a aposentadoria dos servidores públicos ressurge na agenda política.

No Brasil, sob o governo Lula (2003-2010), com o argumento de que era necessário retomar o debate sobre a aposentadoria no serviço público para sanar suposto déficit orçamentário do Estado, foi apresentada uma proposta de emenda à Constituição (PEC 41/03). O trâmite da proposta ocorreu em meio a ataques proferidos por entidades do

---

funcionalismo público ao PT (Partido dos Trabalhadores), por entender que o partido havia capitulado de suas posições políticas originais de crítica ao neoliberalismo.

A APEOESP, somando-se a outros sindicatos no enfrentamento à proposta de contrarreforma da previdência, aprovou como mote da campanha salarial em abril de 2003 o lema “Contra essa reforma da Previdência, em defesa da escola pública, do emprego e do salário” (Jornal da Apeoesp, abril/maio 2003: capa). O complemento “defesa da escola pública, do emprego e do salário” já vem se repetindo, dado que refere-se à luta da categoria pela realização de concurso público e pela manutenção das reposições com as perdas da inflação. Quanto à “defesa da escola pública”, trata-se do sindicato se aproximar da população em geral e conquistar o seu apoio frente às demandas do professorado.

No tocante ao anúncio pelo governo recém-eleito do presidente Lula, o sindicato avaliava que, não obstante a boa avaliação dos 100 dias de governo, a proposta de alterar os critérios da aposentadoria dos servidores públicos soava como uma rendição aos interesses rentistas que teriam como implicação direta a retirada de direitos da classe trabalhadora.

As reformas que devem ser implementadas por este governo, sobretudo a da Previdência e a tributária, não podem retirar direitos daqueles que sempre foram os mais prejudicados: a classe trabalhadora. Em reunião com 27 governadores realizada no dia 16 de abril, o governo federal fechou uma proposta que não interessa aos trabalhadores. (Jornal da Apeoesp, abril/maio 2003, p. 3).

Na França, o SNES já anunciava quando dos 100 dias de governo do primeiro ministro Raffarin que as expectativas previstas de um governo cujas medidas poderiam implicar em piora dos serviços públicos, para seus usuários e seus servidores.

Os primeiros cem dias do governo de Raffarin confirmaram amplamente as análises que o SNES estava desenvolvendo no L'US de 29 de junho (...) segurança, justiça, delinquência juvenil, contratos de jovens, reforma do direito de asilo, privatização da Air France, aumento das tarifas de certos serviços públicos, nova etapa de descentralização e reforma do Estado. (L'US, agosto de 2002: capa, tradução nossa)<sup>10</sup>.

A APEOESP em conjunto com outros sindicatos de servidores públicos realizou atos em São Paulo e em Brasília manifestando-se contra as medidas que implicariam o fim da aposentadoria integral, o estabelecimento de teto nos valores pagos às aposentadorias e na taxação dos aposentados (Figura 1).

---

<sup>10</sup> Le premiers cent jours du gouvernement Raffarin ont largement confirmé les analyses que le SNES développait dans l'US du 29 juin (...) sécurité, justice, délinquance des mineurs, contrats jeunes, réforme du droit d'asile, privatisation d'Air France, hausse des tarifs de certains services publics, nouvelle étape de décentralization et réforme de l'État. (L'US, agosto de 2002: capa)

**Figura 1 - Participação de ato da APEOESP em Brasília**



Fonte: Jornal da Apeoesp, setembro/outubro 2003 (p. 4).

O SNES também participou de uma jornada conjunta com diversos sindicatos e federações sindicais em Paris para se contrapor às medidas que visavam ampliar a idade mínima para aposentadoria e reduzir a proporcionalidade entre tempo de trabalho e valor da aposentadoria (Figura 2). Para o SNES, “a presença maciça de professores do ensino médio atrás de nossas palavras de ordem será uma parte importante de medir nossa capacidade ” (L’US, janeiro 2003: 3, tradução nossa).

**Figura 2 - Ato com participação do SNES 18/03/2003**



---

Fonte: L'US, 584, março de 2003.

No Brasil, a APEOESP acabou restringindo sua atuação contra a reforma da previdência às paralisações de 24 horas, entretanto, prevaleceram as demandas corporativas/salariais em detrimento da pauta mais ampla. As mobilizações gerais ficaram à cargo das Centrais Sindicais, entre elas a CUT (Central Única dos Trabalhadores), uma das maiores centrais sindicais no país a qual a APEOESP é filiada.

Os servidores públicos de todo o país se mobilizaram contra a reforma da Previdência. A APEOESP participou de todas as manifestações convocadas pela CUT e pela CNTE. Representantes do sindicato estiveram presentes em Brasília no dia 28 de abril e no dia 11 de junho – quando foram enviados ao Distrito Federal 32 ônibus, no dia 5 de agosto quando a Câmara dos Deputados votou a PEC 40, e no dia 14 de agosto. (Jornal da Apeoesp, setembro/outubro 2013, p. 4).

Na França, o SNES manteve-se mobilizado contra o conjunto de medidas anunciadas pelo ministro da Educação, Luc Ferry que implicavam em descentralização e redução de postos profissionais. Simultaneamente, algumas concentrações públicas coincidiam com as convocatórias das federações e centrais sindicais.

Na França, os dias de ação interprofissional estendida a todos os funcionários do serviço público - entre os quais os professores que estavam a frente - continuam em um ritmo constante (greves nacionais de 9, 22, 27 maio de 2003, depois 3, 10, 12, 19 de junho)...” (ROBERT, 2007: 69, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Alguns elementos podem contribuir para explicar a baixa adesão às mobilizações dos docentes brasileiros nas campanhas contra a reforma da previdência. Um desses elementos diz respeito à medida adotada pelo governo paulista a partir de dezembro de 2000 que criou a política de bonificação por resultado. Tal política se caracterizava pela criação de um prêmio financeiro a ser concedidos aos docentes em função dos resultados dos estudantes em avaliações promovidas pela secretaria de Educação do Estado de São Paulo e também proporcional ao número de faltas de cada docente e do conjunto de docentes de cada unidade escolar (PIOVESAN; DAL RI, 2016). Assim, estimulou-se uma competição entre os professores impactando negativamente na consciência coletiva da categoria. Ademais, fez

---

<sup>11</sup> En France, les journées d'action interprofessionnelle étendues à tous les salariés de la fonction publique – parmi lesquels les enseignants s'impliquent au premier rang – continuent à un rythme soutenu (grève nationales et/ou “temps fort” des 9, 22, 27 mai 2003 puis des 3, 10, 12, 19 juin)...” (ROBERT, 2007: 69)

---

recuar o número de ausências nas escolas, dificultando maior adesão às convocações de paralisação de 24 horas pelo sindicato. Mesmo assim, a APEOESP avaliava que o balanço do ano de 2003 seria positivo em relação a algumas conquistas corporativas e em relação às lutas em conjunto com os trabalhadores, ainda que ao final a contrarreforma da Previdência tivesse sido aprovada.

Apesar da intensa luta dos sindicatos do funcionalismo, entre eles a APEOESP, o texto-base da reforma da Previdência foi aprovado pelo Senado no dia 11 de dezembro, depois de passar 225 dias, tramitando no Congresso Nacional, e sancionado pelos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha, e do Senado, José Sarney, dia 19 de novembro. (Jornal da Apeoesp, novembro/dezembro 2003: 4)

Na França, a jornada de lutas iniciada no final de 2002 ganhava seus últimos capítulos em junho de 2003. O SNES foi um dos sindicatos mais ativos no enfrentamento às questões que diziam respeito à Educação e também em relação à política de contrarreforma da Previdência do governo Raffarin. O saldo se mostrava positivo para o sindicato em relação ao recuo do governo em relação ao plano de descentralização, mas a aprovação das regras de aposentadoria no serviço público representava uma derrota não apenas para os professores, mas para o conjunto dos funcionários públicos franceses (ROBERT, 2007, p. 71).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diferenças entre APEOESP e SNES (o primeiro é um sindicato de atuação estadual, o segundo um sindicato nacional) e das diferenças acerca da história do sindicalismo e da organização administrativa, política e social nos dois países, percebemos que a luta do sindicalismo docente apresenta algumas semelhanças em relação às ações (paralisações de 24 horas, concentrações e manifestações de rua) e em relação à organização e esforço coletivo (tentativa de extrapolar as pautas corporativas e associar-se a outros sindicatos e categorias a fim de construir uma consciência de classe).

No tocante à conjuntura política nos dois países, as expectativas eram distintas entre os dois sindicatos. Para o SNES, o governo do primeiro ministro Raffarin era antevisto como de grandes dificuldades para os servidores públicos devido a vitória da direita com a reeleição de Jaques Chirac e sua adesão às políticas neoliberais. O anúncio das primeiras medidas confirmou as previsões. O avanço sobre o regime de aposentadoria dos servidores públicos, continuando o processo iniciado em 1995, demonstrava a intenção do governo em

---

aprofundar a pauta neoliberal, enfrentando um dos segmentos mais combativos, os servidores públicos e suas organizações coletivas.

Para a APEOESP, o governo recém-eleito do presidente Lula pelo Partido dos Trabalhadores despertava grandes expectativas em relação às possibilidades de avançar em pautas progressistas, com as quais o sindicato se identificava. A proposta de dar seguimento às políticas neoliberais começadas no governo Fernando Henrique Cardoso representava uma frustração aos sindicatos e revelava o quão difícil seria organizar o movimento contrário a tais medidas, como fazer oposição a um governo apoiado pelas organizações de trabalhadores?

Em que pesem as dificuldades comuns às dos sindicatos tradicionais (desfiliações, dificuldades de mobilizações), o movimento dos professores demonstrou certa força ao evidenciar a posição política que fundamentou as contrarreformas neoliberais, entre elas a da previdência. A APEOESP e o SNES, apesar das dificuldades oriundas desse contexto de transformações, continuam sendo sindicatos com grande importância política, tanto em número de filiados quanto em visibilidades de suas ações políticas.

Ademais, o que vemos é um sincronismo na aplicação do receituário neoliberal que independentemente das especificidades de cada país, fora pensado como um projeto de disseminação de valores e práticas. Essa “racionalidade neoliberal integrou um conjunto de dispositivos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e econômicos, conforme Dardot e Laval (2016), corroborando engrenagens da sociedade capitalista e tratando aqueles que se opunham como inimigos que deviam ser combatidos e derrotados. Dentre os inimigos, os sindicatos de trabalhadores se tornaram um dos principais antagonistas a essa racionalidade neoliberal, enfrentando suas contradições internas, os poderes discursivos da máquina de propaganda estatal e empresarial, assim como a violência física e psicológica perante o uso recorrente do aparato policial/militar empregado nas grandes manifestações de rua.

Passada essa conjuntura analisada de enfrentamentos às políticas neoliberais nos anos 1990 até o princípio dos anos 2000, sucedida por governos (Lula/Dilma – PT - 2003-2016; François Hollande - PS - 2012 – 2017) que, se não romperam com a ordem neoliberal, diminuíram o ímpeto de seus desdobramentos, voltam os dois países a vivenciar a retomada das políticas de estado mínimo.

No Brasil, por meio de um golpe parlamentar em 2016, articulado por setores da mídia, da justiça, do empresariado e demais setores da elite do país que colocou no poder Michel Temer (PMDB) e reabriu caminho para contrarreformas como a trabalhista e a previdenciária. Na França, por meio da eleição de Emmanuel Macron (Em Marcha!), também

---

em 2016, conseguiu se eleger sob discurso de supostamente romper com a polarização direita x esquerda, mas que suas políticas têm se notabilizado pela retomada de ações que prejudicam o conjunto da classe trabalhadora, em favor do capital financeiro e industrial. A retomada do projeto neoliberal abre novas agendas de lutas e desafios por parte de setores organizados da classe trabalhadora. A Apeoesp e o SNES, com seu histórico de lutas e sua representatividade junto aos docentes, tornam-se sujeitos imprescindíveis diante cenário de ameaças a direitos e políticas sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7.<sup>a</sup> ed. Campinas/São Paulo: Cortez – Ed Unicamp, 2000.

BOITO JR, Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos e a segurança socioeconômica no Brasil. SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

DALANÇON, Alain. **Histoire du SNES.** T. 1, Plus d'un siècle de mûrissement des années 1840 à 1966/67. – Paris: IHRSES, 2003. – 272p.

\_\_\_\_\_, **Histoire du SNES,** t. 2 : Les années tournant (1967-1973), [Paris] : IRHSES, 2007. 516 p

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo.** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULA, Ricardo. P. de. **Uma História da APEOESP (1945-1989):** entre o sacerdócio e a contestação. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

GALVÃO, A.. Ecos da França: repercussões da greve de 1995 no Brasil. **Lutas Sociais (PUCSP)**, São Paulo, v. 8, p. 109-120, 2002.

GEAY, Bertrand. **Le syndicalisme enseignant.** Paris: La Decouverte, 1997.

GRANEMANN, Sara. A Reforma da Previdência do governo Lula: argumentos e perspectivas de classe. **Revista Outubro**, n.º 9, 2003, p. 113-124, 2003.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HILL, Dave. Neoliberalism, Neoconservatism, and the capitalist assault on public education: a marxist analysis. In.: VARIN, Sacha; CHANCEREL, Jean-Louis. **Néolibéralisme et éducation.** Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 2015.

- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Jornal da Apeoesp. APEOESP. 2003.
- LEÃO, Patrícia Bonilha. **A reforma da Previdência Social no Brasil durante os governos Collor/Itamar, FHC e Lula (1990-2003)**. Dissertação (Mestrado em História na UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2013.
- L'Université Syndicaliste (L'US)**. SNES. 2003-2004.
- MOURIAUX, René. Syndicalisme et politique: liaison dangereuse ou tragédie moderne? **Mouvements**, v. 1 (no 43), p. 30-35. DOI 10.3917/mouv.043.0030. 2006.
- PIOVEZAN, Patrícia Regina; DAL RI, Neusa Maria. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: 20 anos de reformas. **ETD – Educação Temática Digital**, v.18, Campinas, p. 178-197, jan/abr 2016.
- ROBERT, André D. **Le syndicalisme des enseignants**. Paris: La Documentation Française/Centre National de Documentation Pédagogique, 1995;
- \_\_\_\_\_. **Miroirs du syndicalisme enseignant**. Paris: Syllepse, 2006.
- \_\_\_\_\_. De 1968 à década de 2000: lutas por influência e posições cruzadas dos principais sindicatos de professores franceses (primário e secundário). In.: DAL ROSSO, Sadi. (Org). **Sindicalismo em educação e relações de trabalho**. Uma visão internacional. Brasília: Paralelo 15, 2015.
- \_\_\_\_\_; TYSENS, Jeffrey. Comparer deux grèves prolongées d'Enseignants: Belgique Francophone 1996, France 2003. In.: **Education et sociétés**, 2007/2. N.º 20. (p. 61-73).
- ROBERTSON, Susan L. Remaking the world: neoliberalism and the transformation of Education and Teachers' Labor. In.: COMPTON, Mary; WEINER, Lois. **The global assault on teaching, teachers, and their unions**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- SALOMÃO, Bluma. Educação e Conflito no Estado de São Paulo. In: **Associativismo e sindicalismo docente no Brasil - Seminário para Discussão de Pesquisas e Constituição de Rede de Pesquisadores**, 2009, Rio de Janeiro.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- STATUTS DU SNES. 2016. Disponível em: [https://www.snes.edu/IMG/pdf/statutsnes\\_modifie\\_rennes\\_2018\\_sans\\_ri.pdf](https://www.snes.edu/IMG/pdf/statutsnes_modifie_rennes_2018_sans_ri.pdf). Acesso em maio de 2018.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.
- WACQUANT, Loïc. A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- WEBER, LOUIS. Postface: de quelques enjeux pour les années à venir. In.: ROBERT, André D. **Miroirs du syndicalisme enseignant**. Paris.Nouveaux Regards: 2006.

Submetido em: julho de 2018

Aceito em: setembro de 2018